

coordenação

Alberto Gentil de Almeida Pedroso
Gustavo Ferraz de Campos Monaco

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

50
anos
LRP

prefácio
Paulo Dias de Moura Ribeiro
Ministro do STJ

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Queria Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiária: Aline Pavanelli

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Registro civil de pessoas naturais / coordenação Alberto Gentil de Almeida Pedroso, Gustavo Ferraz de Campos Monaco. -- São Paulo Thomson Reuters Brasil, 2023.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0124-0

1. Direito notarial e registral - Brasil 2. Registro civil - Brasil
3. Registro Civil das Pessoas Naturais I. Pedroso, Alberto Gentil de Almeida. II. Monaco, Gustavo Ferraz de Campos.

23-159191

CDU-374.235.11(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito notarial e direito registral 374.235.11(81)

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

SUMÁRIO

SOBRE OS COORDENADORES	5
PREFÁCIO	7
1. FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E A POSSIBILIDADE DE REGISTRO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NO LIVRO “E” DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS.....	17
CECILIA RODRIGUES FRUTUOSO HILDEBRAND, FLÁVIA PEREIRA HILL e RENATA CORTEZ VIEIRA PEIXOTO	
Introdução	18
1. Da família multiespécie	19
2. Da possibilidade de registro de animais de estimação no livro “E” do Registro Civil das Pessoas Naturais	21
Conclusão	23
Referências bibliográficas	24
2. A INCIDÊNCIA DA LGPD NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E OS LIMITES À PUBLICIDADE REGISTRAL.....	27
FABIANO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA	
Introdução	27
1. Fundamento constitucional e legal	27
2. A incidência da LGPD no Registro Civil das Pessoas Naturais e os limites à publicidade	30
Conclusão	34
Referências bibliográficas	34
3. A INTERFACE DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS COM OS NOVOS MODELOS FAMILIARES: UMA ANÁLISE DA UNIÃO ESTÁVEL À LUZ DA LEI N° 14.382/2022.....	37
ANA CRISTINA DUARTE PEREIRA MURAI e GABRIELLA DIAS CAMINHA DE ANDRADE	

Introdução	37
1. Novos modelos de família	38
2. Lei nº 14.382/2022: termo declaratório de união estável perante o Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais	41
Conclusão	43
Referências bibliográficas	44
4. A LEI 14.382 DE 2022 E AS ALTERAÇÕES DE PRENOME DIRETAMENTE NOS OFÍCIOS DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS.....	47
LETÍCIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO e LUÍS MARCELO THEODORO DE LIMA JUNIOR	
Introdução	47
1. As novas possibilidades de alteração de prenome e seus procedimentos administrativos.....	49
1.1. Alteração de nome do recém-registrado	49
1.2. Alteração imotivada de prenome do maior de idade	50
Conclusão	54
Referências bibliográficas	54
5. A NECESSIDADE DE SIGILO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DE GÊNERO PARA GARANTIA DO DIREITO DA PERSONALIDADE E DE INCLUSÃO SOCIAL.....	57
FABIANA AURICH e CAROLINA ROMANO BROCCO	
Introdução	57
1. Contornos do procedimento extrajudicial de alteração de gênero e os direitos da personalidade correlatos	58
2. Possibilidade de aplicação da LGPD na proteção da intimidade de pessoas em procedimento extrajudicial de alteração de gênero.....	62
3. Proposição de medidas normativas específicas visando à proteção da intimidade dos requerentes à alteração de gênero.....	64
Conclusão	65
Referências bibliográficas	65
6. A RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA E O REGIME LEGAL DE BENS.....	67
ISABELA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO, LETÍCIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO e PAULO HERMANO SOARES RIBEIRO	

Introdução	67
1. Regime legal ou supletivo de bens	68
2. Alteração do regime legal ou supletivo pela Lei 6.515/1977	68
3. Erro material.....	69
4. Cenários possíveis.....	70
5. Retificação do erro no regime de bens na jurisprudência.....	71
6. Correção dos erros materiais pela via administrativa	72
7. Isenção de emolumentos	73
8. Conclusão	73
Referências bibliográficas	74
7. A RETIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL DOS REGISTROS CIVIS PARA FINS DE AQUISIÇÃO DE NACIONALIDADE (COM ESPECIAL ATENÇÃO À ITÁLIA E PORTUGAL)	77
DANIELA SILVA MRÓZ	
Introdução	77
1. Conceito de Retificação.....	78
2. Legitimidade.....	79
3. Objeto da Retificação.....	80
4. Documentos comprobatórios.....	82
5. Documentos estrangeiros	83
5.1. Itália.....	85
5.2. Portugal.....	86
6. Princípio da anterioridade e da veracidade registral.....	87
7. O Procedimento extrajudicial.....	91
8. Cobrança da Retificação.....	92
Conclusão	93
Referências bibliográficas	94
8. ADOÇÃO INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA CONVENÇÃO DE HAIA DE 1993: AQUISIÇÃO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA E ASPECTOS REGISTRÁRIOS	97
JÚLIA CLÁUDIA RODRIGUES DA CUNHA MOTA e KARINE MARIA FAMER ROCHA BOSELLI	
Introdução	97
1. A adoção internacional e a Convenção da Haia.....	98
2. A Convenção relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional	98

3.	Do direito à nacionalidade brasileira dos adotados estrangeiros: questões decorrentes da Convenção	100
3.1.	Aspectos registrais relacionados à aquisição da nacionalidade do adotado estrangeiro no âmbito da Convenção	102
	Conclusão	103
	Referências bibliográficas	104
9.	ALTERAÇÃO DO SOBRENOME COMO DIREITO À IDENTIDADE: A DISPARIDADE DE DIREITOS ENTRE DESCENDENTES DE EUROPEUS, INDÍGENAS E AFRICANOS.....	105
	MATHEUS DIAS TAVARES GRANDINI PEGORER	
	Introdução	105
1.	Sobrenome como identidade.....	107
1.1.	Indígenas e seus descendentes.....	108
1.2.	Afrodescendentes	109
2.	Identidade, injustiça cultural e reconhecimento	110
3.	Reconhecimento e o registro civil das pessoas naturais.....	111
	Conclusão	112
	Referências bibliográficas	113
10.	A ALTERAÇÃO DE NOME E SOBRENOME NO DIREITO FRANCÊS – UMA BREVE ANÁLISE DAS RECENTES ALTERAÇÕES	115
	MÁRCIA C. DE SOUZA WROBEL	
	Introdução	115
1.	A atribuição do nome no direito francês	116
1.1.	Escolha do prenome	116
1.2.	Escolha do sobrenome.....	118
2.	A alteração do nome no direito francês	123
2.1.	Alteração de prenome	123
2.2.	Alteração de prenome e sexo de transgêneros	124
2.3.	Alteração de sobrenome.....	126
2.4.	Alteração de sobrenome decorrente de alteração da filiação	126
2.5.	Alteração de sobrenome em decorrência do casamento	129
2.6.	Alteração de sobrenome em decorrência do divórcio.....	129
	Conclusão	129
	Bibliografia	130

11. AS NOVAS TECNOLOGIAS E O EXTRAJUDICIAL REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E O MUNDO PÓS-PANDEMIA: DESAFIOS TECNOLÓGICOS	131
ALBERTO LUIS DELBON DA SILVA	
Introdução	131
1. O extrajudicial e as novas tecnologias.....	132
2. Cronologia de implementação das tecnologias	133
3. Acontecimentos legais e normativos.....	133
4. Continuidade, garantia e proteção do acervo físico e eletrônico	134
Conclusão	136
Referências bibliográficas	136
12. CASAMENTO DE BRASILEIRO NO EXTERIOR COM REGIME DE BENS OMISSO: PROBLEMAS E ALGUMAS SOLUÇÕES.....	139
CASSIANO MORAES GOMES e PAULO CEZAR DE OLIVEIRA JUNIOR	
Introdução	139
1. A regra do regime de bens em casamento de brasileiros no exterior ...	141
2. Traslado do registro de casamento de brasileiros no exterior	142
3. Registro de casamento de brasileiros no exterior sem indicação do regime de bens	143
4. Empecilhos à comprovação do regime de bens definido pela lei estrangeira e algumas soluções.....	145
Conclusão	151
Referências bibliográficas	152
13. EDUCAÇÃO REGISTRAL CIVIL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA	155
JOSÉ RENATO NALINI e PATRÍCIA GASPERINI FARIA SALIBA	
Introdução	155
1. As bases da formação educacional do cidadão	156
2. A educação na Constituição Federal de 1988.....	158
2.1. A Democratização do Conhecimento	158
2.2. Educação como dever de todos: Estado, família e sociedade	159
2.3. Educação para o exercício da Cidadania – a Educação Registral Civil	160
Conclusão	163
Referências bibliográficas	164

14. ATUAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS COMO INSTRUMENTO DA DIGNIDADE DAS PESSOAS REFUGIADAS NO BRASIL.....	165
FRANK WENDEL CHOSSANI	
Introdução	165
1. Breve apontamento do amparo legal dos refugiados no direito pátrio....	166
2. A atuação do Registro Civil das Pessoas Naturais como instrumento da dignidade das pessoas refugiadas no Brasil.....	168
Conclusão	174
Referências.....	175
15. NOME NOVO E ANTIGO NA CARTEIRA DE IDENTIDADE: SEGU-RANÇA JURÍDICA PARA TODOS.....	177
FERNANDA MARIA ALVES GOMES	
Introdução	177
1. Nome social e sigilo da retificação do registro civil de pessoa trans	178
2. Prenome ou sobrenome alterado nas hipóteses da Lei n. 14.382/2022.....	179
3. Nome antigo e nome novo na carteira de identidade não viola a LGPD.....	180
Conclusão	183
Referências bibliográficas	184
16. O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E A PROTEÇÃO ÀS FILIAÇÕES DECORRENTES DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL CASEIRA	185
MARAISA BERALDO SANCHES	
1. Da Teoria Geral do Direito ao Registro Civil das Pessoas Naturais	185
2. As famílias e o Registro Civil das Pessoas Naturais	186
3. A importância de a certidão de nascimento espelhar a realidade das filiações	187
4. Dos Prós e Contras da Utilização da Autoinseminação.....	188
5. Proposta de criação do Procedimento de Registro de Nascimento na Autoinseminação	189
6. Da máxima eficiência registrária.....	190
Referências bibliográficas	190
17. O SUB-REGISTRO COMO REFLEXO DA NÃO PERFILHAÇÃO DE CRIANÇAS NA LAVRATURA DO REGISTRO DE NASCIMENTO... ..	193

ANA CAROLINA DEGANI DE OLIVEIRA e LUIS ALBERTO DEGANI DE OLIVEIRA

Introdução	193
1. Registro de nascimento: documento fundamental da pessoa humana....	194
2. O sub-registro e a invisibilidade do sujeito.....	194
3. Apontamentos sobre o estabelecimento da paternidade	195
4. A perfilhação como causa de sub-registro.....	197
5. Ponderações sobre a facilitação dos registros de nascimento e o estabelecimento da paternidade.....	199
6. Conclusão	201
Referências bibliográficas	201

18. OS PRAZOS DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, APÓS A LEI Nº 14.382/2022..... 203

JÚLIA CLÁUDIA RODRIGUES DA CUNHA MOTA

Introdução	203
1. Breves considerações	203
2. Conceitos e indicativos	204
3. Das decisões anteriormente proferidas	207
4. Considerações quanto ao prazo da habilitação para casamento	208
Conclusão	210
Referências bibliográficas	210

19. UM RECOMEÇO: RELATOS DE CASOS DE PESSOAS QUE PROMOVERAM ALTERAÇÃO AO NOME CIVIL..... 213

SAMARA BORGES FERNANDES ROCHA

Introdução	213
1. Nome civil e o direito à identidade	214
2. Método	215
2.1. Local e participantes	216
2.2. Análise dos dados, instrumento e procedimentos	216
3. Resultados e discussão.....	217
3.1. O registro de nascimento	217
3.2. A decisão e a mudança.....	220
3.3. Um recomeço	222
Considerações finais.....	223
Referências bibliográficas	224

20. USO DAS ASSINATURAS ELETRÔNICAS NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS A PARTIR DA LEI 14.382/22.....	227
KARIN REGINA RICK ROSA	
Introdução	227
1. O artigo 17 da Lei 6.015/73 e suas alterações.....	229
2. O processo de digitalização no Brasil: da MP 2.200-2/01 até a Lei 14.063/20	230
3. O uso das assinaturas eletrônicas no Registro Civil das Pessoas Naturais a partir da Lei 14.382/22	231
Conclusão	232
Referências bibliográficas	233
21. ÚTEROS ARTIFICIAIS E O REGISTRO DE NASCIMENTO: DIREITOS DA FAMÍLIA DO FUTURO	237
FRANCINI FONSECA ZANOVELLO e LETÍCIA ARAÚJO FARIA	
Introdução	237
1. O útero artificial – Ectogênese.....	239
2. Registro de nascimento de criança gerada em útero artificial.....	242
Conclusão	247
Referências bibliográficas	248